

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Agronegócio

Período de Análise: 01/01/2014 a 31/01/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Estado e município de São Paulo aderem ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/01/2014.....	3
ONU: uma em cada oito pessoas no mundo dorme com fome todos os dias. Ana Duarte Carmo – Site do MST. 08/01/2014	3
Monsanto: Milho, censura e corrupção na ciência. Sílvia Ribeiro – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 09/01/2014	4
Pesquisadores alertam para expansão de transgênicos e agrotóxicos no Brasil – Site do MST. 13/01/2014	6
Conab RO faz doação para comunidades indígenas do AM – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 16/01/2014	10
Empresas de orgânicos fecham 2013 com US\$ 130 milhões em negócios. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 17/01/2014	10
MDS distribuiu mais de 1,6 milhão de cestas de alimentos em 2013 – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 20/01/2014.....	11
Conab compra 966 ton de alimentos da agricultura familiar no RN em 2013 – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 21/01/2014	11
MPF/MT quer evitar liberação de defensivo para helicoverpa no Brasil. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 23/01/2014.....	12
O perigo dos agrotóxicos. Fernando Carneiro – O Globo, Opinião. 24/01/2014.....	12
Consumidor de orgânicos, um infiel. Sarah Nassauer - Valor Econômico, Agronegócios. 27/01/2014	14
Doações internacionais da Conab beneficiaram mais de 870 mil pessoas. Antônio Marcos da Costa – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 28/01/2014	15
Frutas da Mata Atlântica não chegam à mesa dos brasileiros. Renato Grandelle – O Globo, Ciência. 28/01/2014.....	16
Área com transgênicos no país deve crescer 25,8% nos próximos dez anos. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 30/01/2014.....	19
Brasil fiscaliza agrotóxico em 13 alimentos; EUA e Europa, 300. Andrea Freitas, Clarice Spitz e Eliane Oliveira – Site do MST. 31/01/2014	20

Estado e município de São Paulo aderem ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/01/2014

Sisan visa promover políticas públicas e ações de combate à fome e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada

Brasília, 3 – O município e o estado de São Paulo estão aderindo ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). A lei municipal que institui o sistema em âmbito local – um dos requisitos para a adesão – foi publicada no último dia 18 de dezembro e estabelece diretrizes para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada para a população. O governo estadual, por sua vez, depende da publicação de uma resolução da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para oficializar sua inclusão no sistema nacional. Com as duas novas adesões, já são 13 municípios e 25 estados, mais o Distrito Federal, participando do Sisan.

O sistema tem por objetivo coordenar as ações públicas em segurança alimentar e nutricional e articular a integração entre os entes federados e a sociedade civil. A partir da adesão, os estados e municípios podem formular e implementar suas políticas de forma mais integrada e promover o acompanhamento, monitoramento e avaliação da situação de alimentação e nutrição local e, ainda, podem verificar o impacto dos programas federais na sua população.

Para a coordenadora-geral da Caisan no MDS, Patrícia Gentil, a adesão do município e do estado de São Paulo ao Sisan é uma grande conquista para garantir o direito à alimentação adequada a milhões de brasileiros. “São a cidade e o estado mais populosos do País, que têm potencial de articular e influenciar políticas relacionadas aos desafios nas grandes cidades, principalmente aqueles ligados à produção e à logística de abastecimento de alimentos, bem como à prevenção do consumo de alimentos industrializados e de problemas relacionados com a obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis.”

Para fazer a adesão ao Sisan, é necessário criar uma Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, composta pelas secretarias ligadas ao tema. Além disso, estados e municípios devem elaborar um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional e instituir um Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros requisitos. No caso do município de São Paulo, está prevista ainda a criação de quatro Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRSANS) nas regiões de maior vulnerabilidade social, que serão difusores dos programas e ações de combate à fome e à miséria e de redução da desigualdade social na capital.

ONU: uma em cada oito pessoas no mundo dorme com fome todos os dias. Ana Duarte Carmo – Site do MST. 08/01/2014

Da Rádio ONU

O Programa Mundial de Alimentos, PMA, lançou uma lista com os 10 fatos mais importantes sobre a fome no mundo. A agência da ONU aponta para a importância desta informação ser do conhecimento de todos em 2014.

Quantas pessoas no mundo têm fome? Será que este número está a decrescer? Que consequências a fome terá para as crianças? O que podemos fazer para ajudá-las? Estas são algumas das questões a que o PMA procura responder, com uma lista que contribui para a reflexão de final de ano.

1 – Cerca de 842 milhões de pessoas no mundo não se alimentam em quantidade suficiente para serem saudáveis. Dados revelam que uma em cada oito pessoas vai dormir com fome todos os dias.

2 – O número de pessoas que sofrem de fome crônica diminuiu 17 por cento desde 1990-1992. Se esta tendência se mantiver, o mundo chegará perto de atingir a meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de redução da fome mundial.

3 – O Sul da Ásia é a região onde se concentra um maior número de pessoas subnutridas. As outras regiões mais afetadas são a África Subsaariana e a Ásia Oriental.

4 – Um terço de todas as mortes de crianças menores de cinco anos, nos países em desenvolvimento, está relacionado à desnutrição.

5 – Nos países em desenvolvimento, uma em cada quatro crianças sofre de atrofia. A alimentação inadequada prejudica os crescimentos físico e mental.

6 – Os primeiros 1000 dias da vida de uma criança, desde a gravidez até dois anos de idade, são cruciais. Durante este período, uma dieta adequada pode proteger as crianças de atrofia mental e física, que é resultante de situações de desnutrição.

7 – O número de famintos no mundo poderia ser reduzido se houvesse igualdade de recursos para as agricultoras. Se as mulheres tivessem acesso aos mesmos recursos que os homens, na agricultura, o número de famintos no mundo poderia ter uma redução de até 150 milhões.

8 – Fornecer todas as vitaminas e nutrientes necessários para que uma criança cresça saudável tem um custo de apenas US\$ 0,25 por dia.

9 – Até 2050, as alterações climáticas podem conduzir até mais 24 milhões de crianças à fome. Quase metade das crianças atingidas estaria na África Subsaariana.

10 – É possível eliminar a fome das nossas vidas.

O Desafio “Fome Zero”, lançado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, procura conseguir o apoio global para a concretização desse objetivo.

Monsanto: Milho, censura e corrupção na ciência. Sílvia Ribeiro – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 09/01/2014

Uma equipe científica publicou um artigo que mostrava que cerca de 60% de ratos de laboratório alimentados com milho transgênico desenvolveram câncer

Em 2012, uma equipe científica liderada por Gilles-Éric Séralini publicou um artigo que mostrava que ratos de laboratório alimentados com milho transgênico da Monsanto, durante toda a sua vida, desenvolveram câncer em 60-70% (contra 20-30% em um grupo de controle), além de problemas hepático-renais e morte prematura. Agora, a revista que publicou o artigo retratou-se, em mais uma amostra vergonhosa de corrupção nos âmbitos científicos, já que as razões apresentadas não são aplicadas a estudos similares da Monsanto. O editor admite que o artigo de Séralini é sério e “não apresenta incorreções”, mas avança que “os resultados não são conclusivos”, algo característico de uma grande quantidade de artigos e que faz parte do processo de discussão científica.

A retratação surgiu após a revista ter contratado Richard Goodman, ex funcionário da Monsanto, como editor especial, e como corolário de uma agressiva campanha de ataque contra o trabalho de Séralini, orquestrado pelas transnacionais. O caso lembra a perseguição sofrida por Ignacio Chapela, quando publicou na revista Nature que existia contaminação transgênica no milho camponês de Oaxaca.

Em outro contexto, mas sobre o mesmo tema, Randy Schekman, premiado com o Nobel de Medicina 2013, ao receber o prêmio pediu o boicote às publicações científicas, “como Nature, Science e Cell” (e poderia ter incluído a que agora retratou Séralini) pelo “dano que estão a causar à ciência”, ao estarem mais interessadas em impactos midiáticos e lucros do que na qualidade dos artigos. Schekman assegurou que nunca mais publicará nessa revista e apelou aos cientistas que publiquem em revistas de acesso aberto, com processos transparentes. Soma-se a outras denúncias sobre a relação incestuosa das indústrias com este tipo de revista, para conseguir a autorização de produtos através da publicação de artigos científicos.

Tortilhas

O estudo de Séralini é muito relevante para o México porque os ratos foram alimentados com milho 603 da Monsanto, o mesmo que as transnacionais pretendem plantar em mais de 1 milhão de hectares, no norte do país. Caso seja aprovado, esse milho entraria massivamente na alimentação diária das grandes cidades do país por meio das ‘tortillerías’ (que fabricam tortilhas feitas de milho). Como o México é o país onde o consumo humano direto de milho é o mais alto do mundo e durante toda a vida, o país converter-se-ia numa repetição da experiência de Séralini, com pessoas em vez de ratos, com altas probabilidades de desenvolverem câncer em alguns anos, num lapso de tempo suficiente para que o governo tenha mudado e as empresas neguem a sua responsabilidade, alegando que foi há muito tempo e não se pode demonstrar o milho transgênico como causa direta.

O artigo de Séralini foi publicado na revista Food and Chemical Toxicology após uma revisão de meses por outros cientistas. Poucas horas após a sua publicação e de forma

totalmente anti científica (já que não podiam avaliar os dados com seriedade nesse tempo), cientistas próximos à indústria biotecnológica começaram a repetir críticas parciais e inexatas, curiosamente iguais, já que provinham de um tal Centro de Meios de Ciência, financiado pela Monsanto, pela Syngente, pela Bayer e por outras transnacionais.

Dois pesos

Para retratar o artigo, agora alega-se que o número de ratos do grupo de controle foi muito baixo e que os ratos Sprague - Dawley usados na experiência têm tendência a tumores. Omitem dizer que a Monsanto usou exatamente o mesmo tipo e a mesma quantidade de ratos de controle numa experiência publicada na sua revista, em 2004, mas por apenas 90 dias, reportando que não havia problemas, conseguindo a aprovação do milho Monsanto 603. Séralini prolongou a mesma experiência e ampliou-a, durante toda a vida dos ratos, e os problemas começaram a aparecer a partir do quarto mês. Fica claro que a revista aplica um duplo padrão: um para a Monsanto e outro para os que mostram resultados críticos.

A equipa de Séralini explicou que o número de ratos usados é padrão na OCDE em experiências de toxicologia; porém, para os estudos do câncer são utilizados mais. Porém, o seu estudo não procurava câncer, mas possíveis efeitos tóxicos, o que ficou amplamente provado. O maior número de ratos em estudos de câncer serve para descartar falsos negativos (que haja doença e não se veja); porém, nesse caso, a presença de tumores foi tão grande que, inclusive, para essa avaliação seria suficiente. Desde o início, a sua equipe também assinalou que mais estudos específicos de câncer devem ser feitos. Num âmbito global, há vários comunicados assinados por centenas de cientistas defendendo o estudo de Séralini; porém, no México, a Cibioigem (Comissão de Biossegurança), fazendo jus à sua falta de objetividade e compromisso com a saúde da população, publica somente o lado da controvérsia que favorece às transnacionais, ignorando as respostas de inúmeros cientistas independentes.

Isso é mais preocupante já que o governo afirma que a liberalização do milho transgênico no México será decidido por critérios científicos. No entanto, consulta somente cientistas como Francisco Bolívar Zapata, Luis Herrera Estrella, Peter Raven e outros que têm conflitos de interesse devido à sua relação com a indústria biotecnológica.

O tema do milho no México excede os aspetos científicos; porém, qualquer consulta deve ser aberta e com cientistas que não tenham conflitos de interesse.

Por exemplo, levar em consideração os documentos da Unión de Científicos Comprometidos con la Sociedad, apoiados por mais de 3 mil cientistas em âmbito mundial.

Pesquisadores alertam para expansão de transgênicos e agrotóxicos no Brasil – Site do MST. 13/01/2014

Da BBC Brasil

Pesquisadores e o Ministério Público Federal (MPF) solicitaram em dezembro à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), encarregada de analisar pedidos de vendas de transgênicos, que suspendesse os trâmites para a autorização das sementes tolerantes ao 2,4-D, um herbicida usado contra ervas daninhas que consideram nocivo à saúde.

Eles dizem que a liberação desses transgênicos poderá multiplicar de forma preocupante o uso do 2,4-D no Brasil. Paralelamente, cobram maior rigor dos órgãos reguladores na liberação tanto de agrotóxicos quanto de transgênicos e alertam para a associação entre esses dois produtos no país.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Brasil é hoje o maior consumidor global de agrotóxicos. O mercado brasileiro de transgênicos também é um dos maiores do mundo. De acordo com a consultoria Céleres, quase todo o milho e a soja plantados no país hoje são geneticamente modificados.

Especialistas ouvidos pela BBC Brasil dizem que a expansão dos transgênicos estimulou o mercado de agrotóxicos no país, já que grande parte das sementes geneticamente alteradas tem como principal diferencial a resistência a venenos agrícolas. Se por um lado essa característica permite maior controle de pragas, por outro, impõe riscos aos consumidores, segundo os pesquisadores.

Agente laranja

No centro do debate, o herbicida 2,4-D é hoje vendido livremente no Brasil e utilizado para limpar terrenos antes do cultivo.

Pesquisadores dizem que estudos associaram o produto a mutações genéticas, distúrbios hormonais e câncer, entre outros problemas ambientais e de saúde. O 2,4-D é um dos componentes do agente laranja, usado como desfolhante pelos Estados Unidos na Guerra do Vietnã.

O MPF pediu à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que acelere seus estudos de reavaliação da licença comercial do 2,4-D. O órgão quer que o resultado da reavaliação da Anvisa, iniciada em 2006, embase a decisão da CTNBio sobre os transgênicos resistentes ao produto.

Já a Dow AgroSciences, que fabrica o agrotóxico e é uma das empresas que buscam a liberação dos transgênicos associados a ele, diz que os produtos são seguros. Em nota à BBC Brasil, a empresa afirma que "o 2,4-D é um herbicida que está no mercado há mais de 60 anos, aprovado em mais de 70 países".

O herbicida teve o uso aprovado em reavaliações recentes no Canadá e nos Estados Unidos. Segundo a Dow, trata-se de uma das moléculas mais estudadas de todos os

tempos, gerada após mais de uma década de pesquisa e com base nas normas internacionais de segurança alimentar e ambiental.

Agrotóxicos combinados

O pedido para a liberação das sementes resistentes ao 2,4-D reflete uma prática comum no mercado de transgênicos: a produção de variedades tolerantes a agrotóxicos. Geralmente, assim como a Dow, as empresas que vendem esses transgênicos também comercializam os produtos aos quais são resistentes.

"É uma falácia dizer que os transgênicos reduzem o uso de agrotóxicos", afirma Karen Friedrich, pesquisadora e toxicologista da Fiocruz.

Friedrich cita como exemplo a liberação de soja transgênica resistente ao agrotóxico glifosato, que teria sido acompanhada pelo aumento exponencial do uso do produto nas lavouras.

Caso também sejam liberadas as sementes resistentes ao 2,4-D, ela estima que haverá um aumento de 30 vezes no consumo do produto.

Segundo a pesquisadora, o 2,4-D pode provocar dois tipos de efeitos nocivos: agudos, que geralmente acometem trabalhadores ou pessoas expostas diretamente à substância, causando enjôo, dor de cabeça ou até a morte; e crônicos, que podem se manifestar entre consumidores muitos anos após a exposição a doses pequenas do produto, por meio de alterações hormonais ou cânceres.

O médico e professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Wanderlei Pignati, que pesquisa os efeitos de agrotóxicos há dez anos, cita outra preocupação em relação aos produtos: o uso associado de diferentes substâncias numa mesma plantação.

Ele diz que, embora o registro de um agrotóxico se baseie nos efeitos de seu uso isolado, muitos agricultores aplicam vários agrotóxicos numa mesma plantação, potencializando os riscos.

Pignati participou de um estudo que monitorou a exposição a agrotóxicos pela população de Lucas do Rio Verde, município mato-grossense que tem uma das maiores produções agrícolas do Brasil.

A pesquisa, diz o professor, detectou uma série de problemas, entre os quais: desrespeito dos limites mínimos de distância da aplicação de agrotóxicos a fontes de água, animais e residências; contaminação com resíduos de agrotóxico em todas as 62 das amostras de leite materno colhidas na cidade; e incidência 50% maior de acidentes de trabalho, intoxicações, cânceres, malformação e agravos respiratórios no município em relação à média estadual nos últimos dez anos.

O pesquisador defende que o governo federal invista mais no desenvolvimento de tecnologias que possam substituir os agrotóxicos - como o combate de pragas por aves e

roedores em sistemas agroflorestais, que combinam a agricultura com a preservação de matas.

Já a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) diz que os agrotóxicos (que chama de produtos fitossanitários) são imprescindíveis para proteger a agricultura tropical de pragas e ervas daninhas, assim como para aumentar a produtividade das lavouras.

Cabo de guerra

Pesquisadores e o MPF também querem maior rigor dos órgãos que analisam pedidos de liberação de agrotóxicos e transgênicos.

A liberação de agrotóxicos exige aprovação da Anvisa (que analisa efeitos do produto na saúde), do Ibama (mede danos ao ambiente) e do Ministério da Agricultura (avalia a eficiência das substâncias).

Cobrada de um lado por pesquisadores e médicos, a Anvisa é pressionada do outro por políticos ruralistas e fabricantes de agrotóxicos, que querem maior agilidade nas análises.

Ana Maria Vekic, gerente-geral de toxicologia da Anvisa, diz que há várias empresas, entre as quais chinesas e indianas, à espera de entrar no mercado brasileiro de agrotóxicos.

Ela diz que a falta de profissionais na Anvisa dificulta as tarefas da agência. A irritação dos ruralistas tem ainda outro motivo: a decisão da agência de reavaliar as licenças de alguns produtos.

As reavaliações, explica Vekic, ocorrem quando novos estudos indicam riscos ligados aos agrotóxicos - alguns dos quais são vendidos no Brasil há décadas, antes da criação da Anvisa, em 1999.

"Quando começamos a rediscutir produtos, passamos a ser um calo para os ruralistas", ela diz à BBC Brasil.

Instatísfeitos, os representantes do agronegócio têm tentado aprovar leis que reduzem os poderes da Anvisa na regulamentação de agrotóxicos.

"Fazemos o possível para nos blindar, mas a pressão é violenta", diz Vekic. Questionada sobre a polêmica em torno do 2,4-D, a CTNBio disse em nota que voltaria a discutir o assunto em fevereiro.

Segundo a comissão, o plantio de transgênicos não impede a produção de orgânicos ou de outras variedades de plantas. A CTNBio disse ainda que não lhe compete avaliar os riscos de agrotóxicos associados a transgênicos, e sim a segurança dos Organismos Geneticamente Modificados.

Conab RO faz doação para comunidades indígenas do AM – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 16/01/2014

A Superintendência Regional da Conab em Rondônia concluiu no último sábado (11), em caráter de emergência, a entrega de 330 cestas de alimentos a aldeias indígenas da região do Madeira, no Sul do Amazonas. A chegada dos mantimentos servirá para amenizar a situação de insegurança alimentar resultante do conflito entre brancos e índios no estado do Amazonas.

As cestas foram distribuídas nas aldeias dos povos Tenharim, Parintintin, Juma e Dihui/AM. Nova remessa de alimentos ocorrerá no mês de fevereiro/2014, na mesma quantidade.

O atendimento foi realizado pela Conab Rondônia em razão da proximidade com as aldeias em litígio. O Superintendente Regional da Conab em Rondônia, Everaldo Santos, esteve no local tratando da logística de distribuição dos alimentos. Todo o trabalho foi acompanhado pela Polícia Federal e Polícia Militar.

Empresas de orgânicos fecham 2013 com US\$ 130 milhões em negócios. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 17/01/2014

SÃO PAULO E BRASÍLIA - A Organics Brasil, entidade que reúne 74 empresas brasileiras exportadoras de produtos e alimentos orgânicos, fechou o ano passado com geração de US\$ 130 milhões em negócios, em meio à estabilidade registrada pelo setor no ano, com crescimento mundial em torno de 10%.

“Temos a meta quantitativa de atingir 100 empresas brasileiras no mercado internacional em 2014. Sabemos que quantidade não representa qualidade, e neste caso, vamos dar maior foco no valor agregado”, afirmou Ming Liu, coordenador executivo do Projeto Organics Brasil. “O Brasil ainda tem a imagem de fornecedor de matéria prima. Vamos investir no ‘branding’ dos produtos, promover interesse em inovar e melhorar o nível de empreendedorismo sustentável dos produtores, cooperativas e empresas”.

Segundo Liu, a prioridade é mostrar os diferenciais dos produtos orgânicos brasileiros neste ano de Copa. “Nosso país tem este potencial de trazer ao mercado suas histórias e seus produtos, que na maioria dos casos já é orgânico por natureza. No mercado internacional vemos que os consumidores valorizam os produtos dos biomas, como o açaí na Europa e nos Estados Unidos e; mais recente; a erva mate no Japão”.

Estima-se que o mercado global dessa categoria de produtos - que não recebem tratamentos ou componentes químicos - faturou US\$ 60 bilhões em 2013, com a adoção de medidas importantes para o setor, como os convênios de equivalências de certificações entre os mercados europeu e americano e, a partir de 2014, entre o Japão e os Estados Unidos. O Brasil está em negociação para um convênio de equivalência com o Mercado Comum Europeu, que potencializará os negócios em curto prazo.

MDS distribuiu mais de 1,6 milhão de cestas de alimentos em 2013 – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 20/01/2014

No total, 386 mil famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional receberam mais de 39 mil toneladas de alimentos. Destas, 291 mil receberam doações regulares de produtos e 95 mil foram atendidas em situações emergenciais

Brasília, 20 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) distribuiu mais de 1,6 milhão de cestas de alimentos em 2013. Foram mais de 39 mil toneladas de alimentos entregues a 386 mil famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, como trabalhadores rurais acampados, comunidades quilombolas, comunidades de terreiros, indígenas e pescadores artesanais. Destas, 291 mil receberam doações regulares e 95 mil foram atendidas em situações emergenciais.

As cestas são compostas preferencialmente por produtos da agricultura familiar, comprados pelo governo por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). De acordo com a diretora de Apoio à Aquisição e Comercialização de Produção Familiar do MDS, Denise Kroeff, a ação complementa outras políticas sociais do Ministério. “A distribuição de alimentos possibilita o atendimento emergencial das famílias em insegurança alimentar e a sua identificação para inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e, eventualmente, no Bolsa Família.”

As cestas também são distribuídas em situações de calamidade provocadas por secas e enchentes, por exemplo, como complemento das ações da Defesa Civil. Em janeiro, por exemplo, 3 mil cestas de alimentos foram enviadas ao Espírito Santo para atender às famílias desabrigadas por causa das fortes chuvas em 54 municípios.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é a responsável pela aquisição dos alimentos e armazenamento das cestas, e em parceria com estados e municípios. A distribuição é feita pela Defesa Civil, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pela Fundação Cultural Palmares, entre outros parceiros.

Conab compra 966 ton de alimentos da agricultura familiar no RN em 2013 – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 21/01/2014

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apoiou 1.160 pequenos produtores rurais do Rio Grande do Norte por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), somente em 2013. O investimento no período chegou a R\$ 5,3 milhões, com a compra de 966 toneladas de produtos da agricultura familiar. Entre os alimentos adquiridos estão arroz, abacaxi, banana, melancia, mamão, peixe, macaxeira e carne de caprino.

As produtos foram doados a 345 entidades de apoio social como escolas, creches e igrejas, ou comunidades em situação de insegurança alimentar, auxiliando 127,9 mil pessoas em todo o estado.

A superintendência da Conab no RN também apoiou a distribuição de 26,6 mil cestas de alimentos. Foram beneficiados grupos populacionais carentes como quilombolas, acampados sem terra, comunidades indígenas e de terreiros, além de entidades como Fundação Nacional do Índio (Funai), Superintendência da Pesca e Aquicultura do RN e Projeto Cataforte, voltado para catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis.

MPF/MT quer evitar liberação de defensivo para helioverpa no Brasil. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 23/01/2014

SÃO PAULO - O Ministério Público Federal em Mato Grosso (MPF/MT) recomendou ao Instituto de Defesa Agropecuária (Indea) que não autorize a importação e a aplicação de agrotóxicos que contenham benzoato de emamectina, destinado ao combate da lagarta Helioverpa armigera.

No documento encaminhado ontem pelo procurador da República Felipe Bogado à presidente do Indea, Maria Auxiliadora Pereira Rocha Diniz, o MPF/MT cita informações de estudos estrangeiros, que apontam o aparecimento de malformações em fetos humanos.

Segundo Bogado, existem outras medidas que podem ser adotadas para o controle da lagarta. “A Embrapa tem desenvolvido um trabalho de informação aos produtores rurais sobre essas medidas alternativas”, afirmou o procurador da República, na nota.

Entre as medidas citadas para o controle da infestação estão “o uso de cultivares que restrinjam ou eliminem as populações da praga; vazios sanitários para deixar a terra sem cultivo com períodos livres de hospedeiros; o uso de armadilhas, iscas ou outros métodos de controle físico; além de práticas culturais, como rotação de culturas”.

Em novembro de 2013, o Ministério da Agricultura declarou estado de emergência fitossanitária em Mato Grosso. A medida permite a adoção de medidas emergenciais, que incluem a utilização de agrotóxicos que contêm o benzoato de emamectina, substância proibida no Brasil.

A helioverpa tem atacado lavouras de soja, milho e algodão no país, e causou prejuízos estimados em R\$ 2 bilhões somente na safra passada, a 2012/13. A lagarta já foi detectada nos principais Estados produtores brasileiros, a exemplo de Bahia, Mato Grosso e Goiás.

Ainda de acordo com a nota, as agências de defesa agropecuária do Paraná e de Mato Grosso do Sul atenderam as recomendações do MPF e não autorizaram a importação de agrotóxicos à base do benzoato de emamectina, dada a inexistência de registro no Brasil.

O Indea tem 15 dias para responder ao MPF sobre as providências a serem adotadas, em atendimento à recomendação.

O perigo dos agrotóxicos. Fernando Carneiro – O Globo, Opinião. 24/01/2014

Anvisa revelou que 36% das amostras de alimentos estavam impróprias para o consumo

O agronegócio brasileiro vem pressionando a Presidência da República e o Congresso para diminuir o papel do setor de saúde na liberação dos agrotóxicos. O Brasil é o maior consumidor desses venenos no planeta e a cada dia se torna mais dependente deles. Qual o impacto que essas medidas terão na saúde da população brasileira?

No Brasil, a cada ano, cerca de 500 mil pessoas são contaminadas, segundo o Sistema Único de Saúde (SUS) e estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os brasileiros estão consumindo alimentos com resíduos de agrotóxicos acima do limite permitido e ingerindo substâncias tóxicas não autorizadas.

Em outubro, a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) revelou que 36% das amostras analisadas de frutas, verduras, legumes e cereais estavam impróprias para o consumo humano ou traziam substâncias proibidas no Brasil, tendência crescente nos últimos anos.

Os agrotóxicos afetam a saúde dos consumidores, moradores do entorno de áreas de produção agrícola ou de agrotóxicos, comunidades atingidas por resíduos de pulverização aérea e trabalhadores expostos. Mesmo frente a esse quadro, mais dramática é a ofensiva do agronegócio e sua bancada ruralista para aprofundar a desregulamentação do processo de registro no país.

Qualquer agrotóxico, para ser registrado, precisa ser analisado por equipes técnicas dos ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente. Inspirados na CTNBIO, instância criada para avaliar os transgênicos, que até hoje autorizou 100% dos pedidos de liberação a ela submetidos, os ruralistas querem a criação da CTNAGRO, na qual o olhar da saúde e meio ambiente deixaria de ser determinantes para a decisão.

Quem ganha e quem perde com essa medida? Não há dúvida que entre os beneficiários diretos está o grande agronegócio, que tem na sua essência a monocultura para exportação. Esse tipo de produção não pode viver sem o veneno porque se baseia no domínio de uma só espécie vegetal, como a soja. Por isso, a cada dia, surgem novas superpragas, que, associadas aos transgênicos, têm exigido a liberação de agrotóxicos até então não autorizados para o Brasil. O mais recente caso foi a autorização emergencial do benzoato de amamectina usado para combater a lagarta *Helicoverpa*, que está dizimando as lavouras de soja de norte a sul do país. A lei que garantiu a liberação desse veneno tramitou e foi aprovada em um mês pelo Congresso e pela Presidência da República.

A pergunta que não quer calar é: no momento em que a população brasileira espera um Estado que garanta o direito constitucional à saúde e ao ambiente, por que estamos vendo o contrário? Na maioria dos estados brasileiros os agrotóxicos não pagam impostos.

O Estado brasileiro tem sido forte para liberalizar o uso de agrotóxicos, mas fraco para monitorar e controlar seus danos à saúde e ao ambiente. Enquanto isso, todos nós estamos pagando para ser contaminados...

Consumidor de orgânicos, um infiel. Sarah Nassauer - Valor Econômico, Agronegócios. 27/01/2014

É cada vez mais fácil encontrar alimentos orgânicos em carrinhos de pequenos e grandes supermercados nos Estados Unidos. Mas, para a maioria dos consumidores, comprar produtos orgânicos, que são mais caros, é apenas um hábito ocasional.

Agora, os profissionais de marketing estão se esforçando para transformar os consumidores ocasionais em clientes fiéis. Marcas conhecidas de comida orgânica para bebês estão investindo em produtos para crianças maiores e adultos. Algumas estão lançando versões orgânicas de clássicos de sucesso no mercado americano, como chips ou macarrão com queijo em caixinha, para atrair os céticos.

Muitos consumidores não veem diferença entre um produto "orgânico" ou "natural" ou outras referências a alimentos saudáveis, o que dificulta cobrar mais pelos rotulados como orgânicos.

Nos EUA, para receber a certificação de orgânico, o alimento deve atender aos regulamentos do Departamento de Agricultura (USDA). Para produtos de origem animal, é exigido que os animais passem algum tempo em pastagens ao ar livre, sejam alimentados com ração orgânica, que é cara, e que não recebam antibióticos e hormônios. Os alimentos de origem vegetal precisam ser cultivados sem a maioria dos fertilizantes e pesticidas sintéticos. Organismos geneticamente modificados não podem ser usados em produtos orgânicos ou oferecidos aos animais.

Cerca de 64% dos consumidores americanos são "ocasionais" ou "moderados", diz Maryellen Molyneaux, presidente e sócia-diretora do Instituto de Marketing Natural, uma consultoria de pesquisa de consumo com foco em saúde e bem-estar.

Os consumidores ocasionais compram alimentos orgânicos por acaso, talvez atraídos pelo rótulo. Os moderados são sensíveis a preço e compram por motivos específicos, como por exemplo leite orgânico para uma criança. Os "devotos", principais consumidores de alimentos orgânicos, representam cerca de 20% dos consumidores, diz ela.

A Coca-Cola Co., a Campbell Soup Co., a Danone SA e outras grandes empresas de alimentos estão comprando fabricantes menores de produtos orgânicos (Honest Tea, Plum Organics e Happy Family, respectivamente) na esperança de que eles se tornem um motor de crescimento à medida que os consumidores cortam gastos com produtos consumidos há décadas, como cereais e refrigerantes.

Nos últimos quatro anos, as vendas de alimentos orgânicos subiram cerca de 11% ao ano nos EUA, mas o crescimento parece estar se estabilizando.

A Annie's Inc., uma empresa da Califórnia que produz macarrão com queijo de caixinha, biscoitos em forma de coelhinhos e balas com sabor de frutas feitas com ingredientes orgânicos, está tentando levar a marca para consumidores mais velhos, segundo Sarah Bird, diretora de marketing. No ano passado, a empresa começou a vender também pizza congelada e macarrão com queijo que pode ser preparado no micro-ondas.

Mas a maioria dos consumidores de alimentos procura "onde está o maior nível de qualidade pelo menor preço", diz Laurie Demeritt, diretora-presidente do Hartman Group Inc, firma de pesquisa de consumo. O leite e a carne orgânicos podem custar até duas vezes mais, enquanto o pacote de salada orgânica é apenas ligeiramente mais caro.

Quando a Earth's Best acrescentou peixe congelado e nuggets de frango à sua linha de fórmula e cereais infantis, mas voltadas para crianças mais velhas, não optou por produtos orgânicos. "O custo dos orgânicos seria proibitivo", cerca de duas vezes mais, diz Maureen Putman, presidente da área de alimentos da Hain Celestial US, unidade do Hain Celestial Group Inc., dona da marca Earth's Best. Quando compram carne, as mães se importam mais que o produto seja livre de antibióticos e tenha baixo índice de gordura, diz ela.

"Não temos condições de comprar tudo só orgânico, então escolho o que acho mais importante", diz a cabeleireira Amber Bull, de 37 anos, que tem dois filhos e mora no Colorado. Para gastar no máximo US\$ 600 por mês com alimentação, ela com frequência compra carne orgânica, mas oferece hoje à família menos carne, diz ela.

Ela busca produtos orgânicos em liquidação, como maçãs e verduras, porque acha que os convencionais têm resíduos de pesticidas. Alguns estudos indicam que maçãs, espinafre, couve e outras folhas verdes contêm mais resíduos desse tipo de substância.

Em uma pesquisa no ano passado, cerca de 60% das pessoas disseram que consideram que os alimentos que contêm o rótulo "natural" contam com a maior parte das características dos produtos orgânicos, como ser cultivados sem pesticidas, diz Molyneaux, do Instituto de Marketing Natural. O governo americano não estabeleceu uma definição exata para o termo "natural" no caso de alimentos.

Doações internacionais da Conab beneficiaram mais de 870 mil pessoas. Antônio Marcos da Costa – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 28/01/2014

Foram enviados arroz beneficiado e feijão para 16 países em vulnerabilidade social e econômica e que sofreram calamidades públicas

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) enviou, em 2013, 26,3 mil toneladas de arroz beneficiado e feijão a 16 países em situação de vulnerabilidade social, econômica e que sofreram com calamidades públicas. As doações proporcionaram

suplementação alimentar e nutricional para aproximadamente 174 mil famílias durante um ano, o que corresponde a uma população estimada em 870 mil pessoas.

No total, foram embarcadas 26.035 toneladas de arroz beneficiado para 16 países e 233 toneladas de feijão para o Equador. Os países assistidos foram: Argélia (2.170 t), Bangladesh (895 t), Bolívia (300 t), Burundi (2.000 t), Congo (524 t), El Salvador (1.005 t), Equador (578 t), Etiópia (1.513 t), Guatemala (5.056 t), Honduras (7.596 t), Madagascar (1.000 t), Nicarágua (1.694 t), São Tomé e Príncipe (180 t), Somália (1.575 t), Uganda (118 t) e Zimbábue (64 t). No quantitativo por região, a América Central recebeu 16.229 t, seguida pela África, com 9.144 t e Ásia, com 895 t, representando 61,78%, 34,81% e 3,41 %, respectivamente.

As doações da Conab são coordenadas pelo Ministério das Relações Exteriores, em cooperação com os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Frutas da Mata Atlântica não chegam à mesa dos brasileiros. Renato Grandelle – O Globo, Ciência. 28/01/2014

O devastado bioma ainda preserva iguarias que poderiam trazer de volta a biodiversidade ao nosso consumo, que conhece hoje mais alimentos estrangeiros do que os nacionais

RIO - Uvaia, saputá, cambuci e cagaita soam como nomes exóticos para muitos brasileiros, mas são frutas que, entre tantas outras, já foram mais presentes na alimentação do país. Com o avanço do desmatamento, as árvores frutíferas nativas foram isoladas em pequenos fragmentos de floresta. Seus frutos, antes disponíveis em todo o bioma, são agora escassos. E se tornaram desconhecidos.

A Mata Atlântica já cobriu o litoral brasileiro. Hoje, apenas 7,9% de sua cobertura florestal ainda resistem, e quase exclusivamente em fragmentos com menos de 50 hectares. Mesmo com a destruição do bioma, pelo menos 17.500 espécies de flora estão em sua área — mais do que o existente em toda a Europa (12.500 espécies). São plantas já descritas e catalogadas, mas de potencial ainda desconhecido. Muitas destas ainda não exploradas seriam frutas que, uma vez domesticadas, poderiam ser adaptadas pela ciência e integradas à dieta da população.

Para que cheguem à mesa do consumidor, estas frutas raras precisam passar por um processo de melhoramento genético, que viabilize sua produção em grande escala. É o que acontece, por exemplo, com a espécie de maracujá encontrada no mercado.

A região da Mata Atlântica concentra os maiores centros de pesquisa científica do país. Mesmo assim, esta produção de frutas “novas” ainda engatinha nos laboratórios. Por isso, os alimentos exclusivos do bioma raramente chegam às cidades.

- É comum encontrar, no cardápio de uma lanchonete do Rio, cerca de dez sucos de frutas da Amazônia, mais de 30 da Europa e menos de seis da Mata Atlântica - lamenta

Gustavo Martinelli, coordenador do Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico. - É um desperdício, quando lembramos que um grande percentual da flora do mundo está em nossa região.

Afastamento histórico

Com a produção agroindustrial das frutas raras, a ciência e tecnologia poderiam pagar uma dívida histórica que o homem tem com a Mata Atlântica.

Martinelli destaca como as pessoas se espantam quando descobrem que frutas como a jaca, a manga, a banana e a carambola, tão abundantes por aqui, não são nativas.

- Esta surpresa tem muito a ver com o passado de nosso bioma - descreve. - As florestas da Mata Atlântica foram as primeiras exploradas pelos colonizadores. As populações indígenas, que detinham o conhecimento empírico do uso de produtos nativos e naturais, foram dizimadas. Em seu lugar, os europeus introduziram alimentos que já conheciam, como a cana de açúcar e o café. Por isso até hoje estamos tão afastados do que vem de nossa mata.

As frutas amazônicas são populares no menu porque a colonização do bioma foi, segundo Martinelli, mais fiel às tradições locais.

- O europeu chegou na Amazônia depois de explorar o litoral, e houve a transmissão de conhecimento do índio para o caboclo, e deste para o homem da cidade - conta. - A cultura ainda está associada a elementos da biodiversidade da região. Um exemplo é o mercado Ver-o-Peso, em Belém, onde encontramos o mel de abelhas nativas, sementes, temperos, ervas locais. Na Mata Atlântica tudo isso já foi substituído.

O crescimento urbano, a especulação imobiliária e o processo desordenado de ocupação da Mata Atlântica tornou o bioma um dos 34 hotspots do planeta - o grupo de locais cuja conservação da biodiversidade é uma prioridade mundial.

Segundo a ONG Conservação Internacional, o bioma tem pelo menos 20 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade, que poderiam ser usados para cultivo agrícola ou destinados à restauração florestal. O incentivo à criação de viveiros e à atuação de coletores de sementes e produtores de insumos levariam a um novo mercado de serviços ambientais. E o aumento da produtividade da terra traria mais espaço para o cultivo de frutas raras.

Há, no entanto, resistência em investir em um novo uso do campo. Fundador de duas empresas de alimentos sustentáveis, George Braile admite que o maior desafio do setor é popularizar a produção e o consumo de frutas desconhecidas da Mata Atlântica.

- Os grandes proprietários rurais são obrigados a manter uma reserva legal que corresponda a pelo menos 20% de seu terreno. Esta área, para eles, é um passivo - assinala. - Podemos transformar aquela região em uma agrofloresta, que une técnicas

tradicionais de uso do solo com trabalhos científicos. Assim, geramos receita quando a árvore ainda está em pé.

Braile testa há mais de três anos alimentos fabricados com a fruta do palmito-juçara e com o cambuci. Segundo ele, os produtos são bem recebidos pelos consumidores que participam das degustações.

- A reação é positiva, mas temos dificuldades em encontrar fornecedores capazes de produzir estas frutas em grande escala - explica.

Até pouco tempo atrás, segundo o empresário, os consumidores de produtos orgânicos eram vistos como “xiitas”. Aos poucos, esta avaliação é derrubada. Estima-se que o mercado nacional de alimentos sustentáveis cresça até 40% este ano. O segmento movimentaria R\$ 2 milhões, especialmente em cidades como Rio e São Paulo, inseridas na Mata Atlântica.

Frutas raras são facilmente perecíveis e, por isso, não chegam às gôndolas de supermercados. Taperebá e guabijú, entre outros alimentos desconhecidos da Mata Atlântica, são encontrados apenas em feiras locais. A crítica é da assessora de Políticas Públicas da Oxfam, Analuce Freitas.

A organização estimula o que chama de ciclos curtos, em que a produção e o consumo de um alimento ocorrem em locais muito próximos. Desta forma, as frutas desconhecidas teriam mais chances de chegar à população.

- É muito difícil encontrar estes produtos nos grandes ciclos urbanos, já que as redes de supermercados não têm interesse em frutas sazonais - observa Analuce. - Como elas não estão disponíveis, as pessoas ignoram sua existência e não há demanda. É um ciclo vicioso.

De acordo com a Oxfam, a agricultura familiar sustentaria estes ciclos curtos. O cultivo de produtos locais e sazonais perto do consumidor diminuiria o desperdício de alimentos e provocaria economia no transporte.

Segundo projeções do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, a região que abriga resquícios da Mata Atlântica receberá, nas próximas décadas, eventos extremos como tempestades violentas e desabamento de encostas. Estes fenômenos colocariam em risco espécies endêmicas do bioma.

Para Analuce, o consumo de frutas nativas aumentaria a capacidade de sobrevivência da flora.

- Se houver maior procura pelas frutas, mais espécies endêmicas serão plantadas - explica. - Elas podem aumentar a disponibilidade de alimentos e contribuem para a restauração da Mata Atlântica e a absorção de carbono da atmosfera. Assim, os efeitos das mudanças climáticas podem ser atenuados.

Autor do livro “Frutas: sabor à primeira dentada” (Editora Senac), o botânico Gil Felipe alerta que a chegada em massa destes alimentos nativos ao mercado pode demorar.

- As frutas “novas” têm problemas que precisariam ser resolvidos para agradar ao público, como excesso de tanino e de acidez. E outras, como a jabuticaba, não sobrevivem a longas viagens - pondera.

Enquanto os alimentos permanecem no anonimato, os ambientalistas que têm acesso às frutas raras elegem suas favoritas.

- A cabeludinha, além de comestível, também é ornamental - assinala Martinelli. - É uma fruta muito pequena e amarela. Para mim é o melhor sabor da Mata Atlântica.

- A uvaia é o gosto da minha infância, quando eu chupava um picolé da fruta - lembra Felipe.

- O fruto da palmeira-juçara é muito nutritivo, é o principal alimento de diversos animais da floresta. E com ele também é possível fazer uma espécie de açaí - diz Braile.

Área com transgênicos no país deve crescer 25,8% nos próximos dez anos. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 30/01/2014

O cultivo de transgênicos deve continuar ganhando espaço no Brasil. Essa é a conclusão de estudo da consultoria Céleres - antecipado pelo Valor PRO, serviço em tempo real do Valor - que indica que a área semeada com soja, milho e algodão geneticamente modificados deverá crescer 25,8% na próxima década, de 40,7 milhões na atual safra 2013/14 para 51,2 milhões de hectares em 2022/23. Esse avanço tende a ser mais acelerado que o aumento previsto para a área total (inclui convencional) coberta por esses grãos no país, estimado em 21,6%, de 46,3 milhões para 56,3 milhões de hectares.

Conforme Anderson Galvão, CEO da Céleres, a soja continuará na dianteira no intervalo analisado, entre as safras 2013/14 e 2022/23. "Hoje, 92% da área com a oleaginosa no país é transgênica, número que passará a 95% em dez anos", projeta. A perspectiva é de aumento de 25% na área total destinada à soja no período, a 36,9 milhões de hectares.

Para o milho, a perspectiva da Céleres é de um avanço mais discreto no plantio total - cerca de 14%, para 17,5 milhões de hectares. Dessa área, 85% serão de transgênicos, ante 81% na atual safra 2013/14. "O crescimento do milho se dará mais pelo aumento de produtividade do que pela expansão de área. Em dez anos, a produção total avançará 26%, para 104 milhões de toneladas, dos quais 88,4 milhões serão transgênicos", previu.

Já o cultivo de algodão geneticamente modificado deve passar de 624 mil hectares para 1,03 milhão de hectares, o equivalente a 62% do total cultivado com a fibra na próxima década. O número está bem à frente dos atuais 47%.

A principal praga do algodão no Brasil é o bicudo, contra o qual ainda não existe tecnologia transgênica, por isso a difusão é bem inferior à verificada em soja e milho, segundo Galvão. "Mesmo que não tenhamos essa ferramenta disponível nos próximos dez anos, o aumento de custos e a escassez de mão de obra estimularão o produtor a adotar a biotecnologia para o manejo de plantas daninhas, que ainda demanda muito trabalho braçal", acredita ele.

Os benefícios econômicos com o plantio de transgênicos também tendem a crescer, afirma a Céleres, que tem entre seus clientes empresas do segmento de biotecnologia. Serão US\$ 90,8 bilhões no acumulado da próxima década, substancialmente acima dos US\$ 24,8 bilhões obtidos desde a temporada 1996/97, que marcou o início desse cultivo no país (a princípio, ilegal, com sementes de soja contrabandeadas da Argentina), até 2012/13.

A elevação de produtividade, grande responsável por esses ganhos econômicos, deve aumentar sua participação no montante na próxima década, de 52% para 56%, a US\$ 50,85 bilhões. A redução nos custos de produção, por sua vez, tende a exercer papel menos importante, contribuindo com 21% (US\$ 19,06 bilhões), e não mais 28% do total. Os 23% restantes, ou US\$ 20,88 bilhões, seriam os ganhos da indústria (com royalties, por exemplo).

Para Galvão, diferentemente da redução de custos, que gera benefícios diretos ao produtor, o aumento de produtividade proporciona benefícios aos demais elos do setor. "O agricultor tem uma colheita maior, mas essa produção a mais é escoada ao longo da cadeia de valor, para a ração, a carne e o leite. Assim, indiretamente, o consumidor final também acaba favorecido", argumenta.

Ainda de acordo com o CEO da Céleres, a soja deve ser a principal responsável pelos benefícios econômicos com o plantio de transgênicos na próxima década. A projeção é que a soja responda por 56% dos US\$ 90,8 bilhões previstos, e o milho, por 38%. "A importância da soja aumenta por ter a maior área entre as culturas e pela entrada de tecnologias com eventos combinados, como resistência a insetos e tolerância a herbicidas", disse.

Brasil fiscaliza agrotóxico em 13 alimentos; EUA e Europa, 300. Andrea Freitas, Clarice Spitz e Eliane Oliveira – Site do MST. 31/01/2014

D' O Globo

A Anvisa confirmou que, em 2012, só 13 alimentos foram monitorados, mas informou que a tendência é de expansão do número de culturas. O enfoque do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, explicou, são os itens mais consumidos pela população e importantes na cesta básica.

Segundo a Anvisa, o milho está sendo monitorado desde 2012 na forma de fubá, e o trigo passou a ser monitorado na forma de farinha desde 2013, mas o resultado ainda não foi divulgado.

Registro não tem prazo de validade

A falta de fiscalização de agrotóxicos faz parte da série “No país do faz de conta”, iniciada no domingo pelo jornal O Globo. Hoje, 434 ingredientes ativos e 2.400 formulações de agrotóxicos estão registrados nos ministérios da Saúde, da Agricultura (Mapa) e do Meio Ambiente e são permitidos.

Dos 50 mais utilizados nas lavouras, 22 são proibidos na União Europeia. Mato Grosso é o maior consumidor, com quase 20%, segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

O contrabando, sobretudo via Paraguai e Uruguai, de produtos de origem chinesa, sem controle dos aditivos, representa outro problema. E o uso ilegal de agrotóxicos preocupa. O DDT, proibido em todo o mundo, foi achado em 2013 na Amazônia, usado por empresas, segundo o Ibama, para acelerar a devastação de áreas.

Sobre os 22 defensivos proibidos, os técnicos da Anvisa explicam que, no país, o registro de agrotóxico não tem prazo de validade. Uma vez concedido, só pode ser retirado ou alterado após reavaliação que mostre mudança no perfil de segurança do produto. A agência iniciou processo de reavaliação em 2008 que resultou, até agora, no banimento de quatro produtos e no reenquadramento de dois.

O custo dos agrotóxicos à saúde é grande. Segundo o professor Fernando Carneiro, da Universidade Brasília, a cada US\$ 1 gasto em agrotóxico, há um custo de US\$ 1,28 em atendimento ao intoxicado.

- A intoxicação aguda afeta o trabalhador rural e o da fábrica. A crônica atinge o consumidor, que fica mais exposto a doenças como câncer e alterações metabólicas. O Mapa e as secretarias de agricultura têm dinheiro para monitorar e vigiar gado por causa da exportação. Quando se fala em agrotóxicos, não há estrutura nem fiscais.

Para a professora Karen Friedrich, do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, da Fiocruz, a fiscalização na carne que chega aos lares deveria ser iniciada o quanto antes:

- A contaminação deve ocorrer em industrializados, como molho de tomate e suco em caixa.

Karen diz que é preciso que os municípios e estados atuem onde ocorre a contaminação e que falta investimento para ampliar a análise, embora a Anvisa “faça milagre com o que dispõe”.

Para os trabalhadores rurais, o cenário de fiscalização também é de restrições. Cerca de um quarto das fazendas recenseadas no país em 2006, ou 1.376.217, declaravam usar agrotóxicos.

Segundo a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, no ano passado foram autuadas 420 das 680 propriedades rurais fluminenses por irregularidades envolvendo agrotóxicos. Joel Naegele, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, critica:

- Num país onde o clima favorece parasitas e pragas danosas, não há fiscalização. Há 60 anos acompanho a agricultura e é tudo muito mal feito, papo-furado, ilusões. Se dependermos da ação do governo, estamos num mato sem cachorro.

Para governo, lei é rígida e moderna

O coordenador geral de agrotóxicos e afins do Mapa, Júlio Sérgio Brito, assegura que o sistema de controle é tão avançado quanto os dos principais países do mundo. Segundo Brito, a legislação é "rígida, moderna e profunda". Para ser aprovado para uso agrícola, explica, o produto é avaliado sob os pontos de vista agrônomo, de saúde e ambiental.

Eloisa Dutra Caldas, professora de Toxicologia da UnB, diz que o problema está no fato de haver resíduos de agrotóxicos em produtos para os quais seu uso não está autorizado:

- Cerca de 50% das mais de 14 mil amostras analisadas por Anvisa e Mapa até 2010 continham resíduos de pesticidas. Este percentual não é muito diferente do encontrado no resto do mundo.

Henrique Mazotini, presidente da Associação dos Distribuidores de Insumos Agropecuários (Andav), no entanto, reconhece que há desvios:

- Aqui falta gente e infraestrutura. Além disso, o Brasil sucateou sua extensão rural e falta orientação técnica aos produtores.

Frequentedores da feira livre da Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, se mostram preocupados. O aposentado José Barbosa gostaria de saber quais agrotóxicos incidem sobre os alimentos:

- Deveria haver mais informações sobre a produção. Principalmente no caso do morango, que é uma fruta mais sensível, com uma casquinha fina, que absorve muita coisa.

A indústria de defensivos rebate o argumento de que há risco à saúde. O agrônomo Guilherme Guimarães, da Associação Nacional de Defesa Vegetal, diz que a segurança alimentar do consumidor é testada pelos órgãos que liberam os produtos.

Quanto ao fato de que o Brasil ainda tem agrotóxicos já banidos no exterior, ele diz que isso se deve ao clima e a adversidades.

O Ibama diz que aplicou R\$ 14,5 milhões em multa em 2013, a maior parte na apreensão de produtos ilegais importados.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa